



Em cima: São Miguel. Lagoa das Sete Cidades.

À esquerda: Cartaz do encontro.

Arquitectura Militar em debate nos Açores E porque não criar uma "rota dos fortes da Terceira"?

"O único modo de prevenir o desaparecimento total, mais cedo ou mais tarde, destas construções (património militar dos Açores) é a sua reutilização, ou seja, chamá-las a desempenharem hoje outra função para a qual tenham ainda potencial, seja como equipamentos culturais, como equipamentos ou recursos turísticos, ou outras." Foi esta a ideia defendida por Jorge Paulus Bruno, presidente do Instituto Açoriano de Cultura, num encontro subordinado ao tema "Arquitectura Militar – do Conhecimento Histórico à sua Função Actual".

O encontro, designado pela organização (o Instituto Açoriano da Cultura) de XIV Semana de Estudos, foi estruturado em dois painéis. O primeiro realizou-se na cidade de Ponta Delgada (São Miguel), entre os dias 4 e 6 de Outubro, onde foi abordado o "Conhecimento Histórico da Arquitectura Militar". O segundo painel teve lugar em Angra do Heroísmo (Terceira), no dia 7 de Outubro, e tratou o tema relativo à "Função Actual da Arquitectura Militar".

Com a finalidade de proporcionar uma abordagem genérica da arquitectura militar, esta semana de estudos do IAC assegurou a participação de especialistas nacionais e estrangeiros que lhe emprestaram um interesse e qualidade destacáveis.

Este fórum permitiu também abordar a pertinente questão do destino a dar às diversas e importantes instalações militares existentes nos Açores, desde o século XVI até aos nossos dias, à luz dos mais recentes conceitos de conservação e reabilitação do património construído.

Na sessão de abertura teve lugar uma conferência proferida pelo especialista em arquitectura militar Prof. Doutor Rafael Moreira sobre o tema "Enquadramento Histórico da Arquitectura Militar do Atlântico Norte nos Séculos XVI e XVII".

De realçar também neste encontro a intervenção, durante a sessão de encerramento, do presidente da direcção do Instituto Açoriano de Cultura, Jorge A. Paulus Bruno, que, para além de traçar um balanço muito positivo dos trabalhos, lançou vários desafios à sociedade e ao poder político tendo em vista a criação de uma dinâmica tendente à preservação, valorização, requalificação e refuncionalização do património militar dos Açores. Deste discurso transcrevemos o seguinte excerto:

"A nossa geografia e a nossa história determinaram a necessidade e a conveniência da edificação de dezenas de posições militares de natureza defensiva ao longo das nove ilhas dos Açores, durante mais de cinco séculos até à Guerra Fria, o que representou em determinados momentos um esforço excepcional das gentes destas ilhas na organização da sua resposta defensiva face ao exterior.

Sucessivamente construído, abandonado, reconstruído, readaptado e até reutilizado para outras funções, este estimável património chega até nós – salvo pontuais excepções – profundamente degradado, senão, em alguns casos, já desaparecido ou pelo menos num estado de acelerada decadência ou ruína.

Contudo, embora tomando plena consciência desta riqueza patrimonial, a sociedade açoriana actual, não tem sido capaz de criar a dinâmica necessária para o aparecimento de um projecto integrado que vise a preservação, valorização, requalificação e refuncionalização dos elementos materiais de arquitectura militar ainda existentes nos Açores.

Creio não haver dúvidas quanto ao facto de estarmos perante um património que já não é útil no quadro da função para a qual inicialmente foi construído. Não se defendem mais as costas das nossas ilhas da pirataria e do corso, nem o potencial invasor existe, tão pouco virá por mar, e mesmo que assim fosse as nossas fortificações de nada para o caso serviriam.

Perante esta evidência, pensamos que o único modo de prevenir o desaparecimento total, mais cedo ou mais tarde, destas construções é a sua reutilização, ou seja, chamá-las a desempenharem hoje outra função para a qual tenham ainda potencial, seja como equipamentos culturais, como equipamentos ou recursos turísticos, ou outras.

Contudo, em qualquer dos casos, não deveremos, porém, aceitar que as reutilizações comprometam definitivamente a natureza militar subjacente a estas construções, ou seja, que apaguem até ao limite a sua memória

sobrepondo, em excesso, as exigências funcionais de outras utilizações ao ponto de fazerem desaparecer a identidade original do imóvel.

Tenho a consciência de que não são soluções fáceis estas de dotar os antigos fortes de novas funções, de fazer-lhes renascer com outra vida distinta sem perderem a sua essência. Mas penso que é possível, deste modo, aos poucos, ir conquistando estes espaços ao esquecimento e à degradação.

Creio, acima de tudo, que tem faltado o reconhecimento de que este património pode constituir um apreciável recurso turístico se assim vier a ser explorado. Tem carecido aqui uma visão ampla e qualificadora deste património.

Possivelmente serão as instituições autárquicas, desde as câmaras municipais e as juntas de freguesia em especial, as entidades mais indicadas para fazerem a gestão deste património, naturalmente com a indispensável ajuda do Governo Regional. São estas instituições que têm proximidade física, que conseguem criar dinâmicas locais e como tal parecem-me de determinante importância num processo desta natureza.

Mas existem casos deveras complexos, desde logo pela propriedade dos locais onde se situam os fortes, que poderão aconselhar a necessidade de aquisição ou expropriação dos terrenos. Noutros casos a propriedade é do Estado, o que, de resto, nem por isso é sinónimo de solução fácil, porventura, antes pelo contrário.

É evidente que não estamos perante processos com soluções simples e imediatas, mas mais difícil é aceitar a inação e a insensibilidade de quem não consegue ou não quer atentar na oportunidade, ainda ao nosso alcance, de fazer parar o desaparecimento deste património e de o tornar em instrumento útil e produtivo no quadro dos recursos turísticos desta região.

Por exemplo, porque não criar uma "rota dos fortes da Terceira", que seria constituída por um percurso que o turista iria percorrer visitando, naturalmente, os fortes existentes, os vestígios que ainda sobram de outros e encontrar nos locais onde outrora se situaram fortes, hoje já desaparecidos, elementos que testemunhassem as suas características. De todo este percurso o turista deveria ficar com a ideia clara do sistema defensivo que foi edificado ao longo da costa desta ilha, do-

tando-a de um anel fortificado que a pretendeu tornar inexpugnável.

Em associação, deveria ser organizada e produzida documentação simples, de divulgação e apoio, através da qual pudesse haver acesso a informação adequada.

Mas, mais importante ainda seria criar as condições indispensáveis à visita a estes locais, cuidando dos seus acessos, consolidando as suas ruínas (se fosse o caso), limpando os seus interiores, colocando informação no local, etc.

Acontece que uma acção destas carece, porém, de um plano coerente, que preveja e contemple no domínio financeiro um investimento que permita uma paulatina mas progressiva recuperação e requalificação deste património. E este plano só pode ser lançado e suportado pelos poderes públicos, neste caso pelo Governo Regional, porventura, como anteriormente referi, em associação com as autarquias locais, eventualmente com o recurso a participações financeiras através de fundos de programas comunitários destinados à requalificação do património construído.

É indispensável pensar o património militar construído nos Açores como um recurso que pode contribuir para o desenvolvimento desta região e não apenas como um conjunto de construções cuja função se esgotou no passado e por isso se torna incapaz de inverter a sua lenta marcha em direcção à degradação e à ruína.

A sua preservação e requalificação, hoje, no âmbito de outras funções, parece-nos uma condição indispensável à sua digna sobrevivência."

Durante o encontro foram ainda proferidas as seguintes comunicações: no âmbito do 1.º painel: "Arquitectura Militar e Conceitos de Defesa dos Açores do Século XVI ao XVIII", pelo Cor. Eng.º Francisco Sousa Lobo (presidente da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos); "As Defesas dos Açores e as Estratégias Globais no Século XX", pelo Prof. Doutor António José Telo (da Academia Militar); "Fortificações da II Guerra Mundial nos Açores", pelo Cor. Salgado Martins (director do Museu Militar dos Açores); "A construção da Fortaleza de São Brás de Ponta Delgada", pelo Prof. Dr. Rui Carita (da Universidade da Madeira); "La stratégie économique et militaire de la forteresse de São Jorge da Mina dans le commerce portu-

gais du Golfe de Guinée aux XV e XVI siècles", pelo Prof. Doutor Joseph B. Ballong-Wen-Mewuda (da Université Pontificale Urbaniana à Rome); e "Panorama do Sistema Defensivo em Cabo Verde, com incidência no da ex-cidade da Ribeira Grande", pelo Prof. Doutor Carlos Alberto de Carvalho (presidente do Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde).

No âmbito do 2.º painel apresentaram comunicações o Arq.º Flávio Lopes (coordenador do Programa de Incremento do Turismo Cultural) sobre o tema "As fortificações, o turismo e a cultura"; o Prof. Arq.º José Manuel Fernandes (da Faculdade de Arquitectura de Lisboa) sobre as "Fortificações históricas em Portugal. Sua reabilitação no século XX"; a Doutora Maria Antónia Athayde Amaral sobre os "Novos valores patrimoniais: a experiência do IPPAR na salvaguarda do Campo Militar de São Jorge e das Linhas de Torres"; o Dr. José Luis Rodríguez de Diego (director do Archivo General de Simancas, Espanha) sobre o tema "El Archivo de Simancas. De poder militar a poder de información"; o Prof. Arq.º Roberto Toneria (coordenador do Projecto Fortalezas Multimedia, da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil) sobre a "Restauração e revitalização das fortalezas do estado de Santa Catarina no Brasil"; o Prof. Doutor Ismael Sarmiento Ramírez (investigador cubano) sobre os "Castillos y fortalezas en Cuba: significación histórica y función actual"; o Cor. Eng.º José Magalhães Cymbrom (do Centro de Estudos de Relações Internacionais e de Estratégia da Universidade dos Açores) sobre o tema "Um olhar sobre as fortalezas dos Açores"; e o Doutor Carlos Guilherme Riley (da Universidade dos Açores) sobre "Castelos de areia. A praia das Milícias e o sistema defensivo da baía de Rosto de Cão".

A conferência de encerramento, que teve lugar na Igreja do Castelo de São João Baptista, foi proferida pelo Prof. Doutor Avelino de Freitas de Meneses e tratou o tema "Da organização da defesa à construção da fortaleza do Monte Brasil (Terceira): os Açores nas contendas da modernidade".

JORGE A. PAULUS BRUNO,
Presidente da Direcção do Instituto
Açoriano da Cultura.